



PREFEITURA MUNICIPAL DE DURANDÉ

Lei de Criação do Município nº 10.704, de 27 de abril de 1992 - CNPJ nº. 66.232.547/0001-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE DURANDÉ - PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 016/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020 - EDITAL RESUMIDO - Torna público que fará realizar processo licitatório para contratação de empresa para prestação de serviços de **SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS (PINTURA DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL), COM TINTA RETRORREFLEXIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDROS EM 1004,10 M² (UM MIL E QUATRO, VIRGULA DEZ METROS QUADRADOS).** A entrega dos envelopes contendo PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO será o dia 09/03/2020 até as 09:00 horas. Maiores informações no endereço acima ou pelo Tele-Fax 0XX 33 3342-1125 no horário de 12:00 às 16:00 horas. CLAUDIA TULLER - Pregoeiro(a) da Prefeitura Municipal de Durandé – MG.

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N°014/2020.

PREGÃO PRESENCIAL: N° 007/2020

DATA DA REALIZAÇÃO: 05/03/2020.

HORÁRIO: 09:00 HORAS

LOCAL: Av. Álvaro Moreira da Silva, 615– Centro – Durandé–MG

1. PREAMBULO

A Prefeitura Municipal de Durandé-MG, expede o presente edital extraído dos autos do Pregão Presencial nº 014/2020, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de gêneros alimentícios para atender a demanda da rede municipal de ensino (merenda escolar), melhor especificados no ANEXO I, regido pela Lei Federal nº 10.520/02, subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço mencionado acima, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada na Sede da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Álvaro Moreira da Silva, 615, Centro, Durandé-MG, iniciando-se no dia 05/03/2020, às 09:00 horas e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

2. DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios para composição da merenda escolar da rede municipal de ensino, para atendimento a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Durandé/MG.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QNT
1	Achocolatado em pó (Achocolatado em pó, instantâneo, contendo os seguintes ingredientes: Açúcar, cacau em pó, maltodextrina, minerais, vitaminas, emulsificante lecitina de soja, antioxidante ácido ascórbico e aromatizantes. Contém glúten. Contém traços de leite. Pacote de 800g, em polietileno atóxico, transparente ou leitosa ou aluminizada e resistente). Validade superior a 6 meses. (Levar amostra) <u>(Marca Nescau ou toddy)</u>	PCT	200
2	Açúcar Cristal (Branco, contendo sacarose de cana - de - açúcar. Isenta de matéria terrosa, de parasito e de detritos animais e vegetais; aparência, cor e cheiro próprio. Embalagem de polietileno atóxico de 5 kg). <u>(Marca Alvim ou Delta)</u>	PCT	500
3	Adoçante dietético em gotas 100 ml (adoçante dietético líquido, a base de sucralose ou estévia) <u>(Marca Zero Cal ou Stevia)</u>	UND	10
4	Amendoim (Produto de boa qualidade, embalagem de 500g (quinhentos gramas), torrado, sem casca, inteiro, em embalagem primária, saco polietileno atóxico, resistente. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega). <u>(Marca Pereira ou Anchieta)</u>	PCT	60
5	Amido de milho (Embalagem intacta de 500g (quinhentos gramas), devendo constar data de fabricação, validade e número do lote do produto. Validade superior a 6 meses). <u>(Marca Maizena ou pereira)</u>	PCT	50
6	Arroz (Aguilhinha, tipo I, longo fino polido, com no mínimo 90% dos grãos inteiros, embalagem polietileno atóxico resistente de 5 kg. Data de fabricação e validade visíveis). <u>(Marca Tio João, Ilhu ou Levieist)</u>	PCT	700
7	Aveia Laminada (Flocos médios. Pacote de 400gr. Validade superior a 6 meses). <u>(Marca Nestle ou quaker)</u>	PCT	30
8	Azeite (De oliva extra virgem com acidez máxima de 0,8% (em ácido oleico) - para temperar alimentos; embalagem com 500 ml. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir data de entrega). <u>(Marca galo ou andorinha)</u>	UND	60



9	Biscoito Água e sal (Biscoito contendo os seguintes ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, extrato de malte, carbonato de cálcio, sal, creme de milho ou amido de milho, Fermentos químicos: Bicarbonato de amônio e bicarbonato de sódio, Estabilizante: Lecitina de soja.. Validade superior a 6 meses. Embalagem de 200g). (Levar amostra) <u>(Marca Aymores ou marilan)</u>	PCT	20
10	Biscoito de polvilho (Polvilho salgado. Ingredientes: polvilho azedo, gordura vegetal, ovos, sal e farinha integral de soja. Embalagem plástica, transparente, atóxica, contendo 200g em cada, e com data de validade mínima de 2 meses na data de entrega). (Levar amostra) <u>(Marca Maizena ou pereira)</u>	PCT	20
11	Biscoito Doce (Tipo maisena, de boa qualidade, inteiros, constando identificação do produto, inclusive classificação e a marca, nome e endereço do fabricante e a data da fabricação. Embalagem de 1,5 kg). (Levar amostra) <u>(Marca Maizena ou pereira)</u>	CX	1000
12	Cacau em pó (solúvel, 100% cacau. Pacote 150g. Validade superior a 6 meses). <u>(Marca garoto ou nestle)</u>	PCT	30
13	Canela em pó (Embalagem contendo 30g do pó) <u>(Marca Brasileirinha ou sabor)</u>	PCT	30
14	Café (Torrado, moído, de primeira qualidade, pó homogêneo, fino, sabor e cheiro próprio, embalagem contendo 500g (quinhentos gramas) a vácuo, constando data de fabricação, validade e lote do produto). <u>(Marca Emerick)</u>	PCT	300
15	Canjica Branca (Produto de boa qualidade, branca em embalagem de 500g (quinhentos gramas) primária, saco polietileno atóxico resistente. Rótulo com informação nutricional, data fabricação, validade e lote). <u>(Marca Pereira ou Gardingo)</u>	PCT	90



16	Canjiquinha de milho (Amarela, tipo 1, embalada em pacote plástico transparente resistente de 1 kg. Rótulo com informação nutricional, data fabricação, validade e lote). <u>(Marca Pereira ou Gardingo)</u>	PCT	500
17	Carne Bovina Moída (Carne bovina, corte Músculo moído, magro, congelada, sem gordura e sebo, isento de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária plástica atóxica transparente, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos. em pacotes de 1 kg, devidamente selada, com especificação de peso, validade, produto e marca/procedência. Registro no Ministério da Agricultura (SIF, IMA, SIM OU ANVISA). Validade a vencer de no mínimo 3 meses contados a partir da entrega).	KG	300
18	Carne Bovina em Pedacos (Carne bovina, corte Acém, porcionada em cubos de aproximadamente 30g, isento de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos. em pacotes de 2 kg, devidamente selada, com especificação de peso, validade, do produto e marca/procedência. Registro no Ministério da Agricultura (SIF, IMA, SIM OU ANVISA). Validade a vencer de no mínimo 3 meses contados a partir da data de entrega).	KG	350
19	Carne Suína 1ª em Pedacos (Pernil sem osso ou lombo, porcionada em cubos de aproximadamente 30g, com pouca gordura, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, embalada em embalagem própria, sem sujidades e ação de micróbios. Registro no Ministério da Agricultura (SIF, IMA, SIM OU ANVISA)).	KG	300
20	Carne de aves (Tipo filé de peito de frango, com cor, odor e sabor característicos do produto, de boa qualidade, em embalagem transparente à vácuo, bandeija. Registro no Ministério da Agricultura (SIF, IMA, SIM OU ANVISA). Embalagem de 1 kg). <u>(Marca Pif Paf ou Seara)</u>	KG	300



Durandé-MG, 18 de fevereiro de 2020 - Diário Oficial Eletrônico • ANO 2 | Nº 050. Lei Municipal 696, de 07/11/2019

21	Carne de aves (Tipo peito de frango com osso, com cor, odor e sabor característicos do produto, de boa qualidade, em embalagem transparente à vácuo. Registro no Ministério da Agricultura (SIF, IMA, SIM OU ANVISA). Embalagem de 1 kg a 1,5 kg). <u>(Marca Pif Paf ou Seara)</u>	KG	600
22	Carne de aves (Tipo coxa e contra coxa, com cor, odor e textura característicos de um produto de boa qualidade apresentado em embalagens transparentes resistentes com fechamento à vácuo ou bem lacradas. Registro no Ministério da Agricultura (SIF, IMA, SIM OU ANVISA). Embalagem de 1 kg). <u>(Marca Pif Paf ou Seara)</u>	KG	300
23	Colorífico - 30g <u>(Marca brasileira ou sabor)</u>	PCT	20
24	Colorífico - 500g <u>(Marca brasileira ou sabor)</u>	PCT	20
25	Cereal Infantil (De primeira qualidade, farinha láctea para crianças até 6 meses de idade, composto por farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sais minerais (fosfato de sódio dibásico, carbonato de cálcio, fumarato ferroso, sulfato de zinco), vitaminas (vitamina C, niacina, vitamina E, ácido pantotênico, vitamina A, vitamina B1, vitamina B6, ácido fólico, vitamina D) e aromatizante vanilina. Alérgicos: pode conter leite, trigo, cevada, centeio e aveia. Embalagem de 400g (quatrocentos gramas), deverá constar data de fabricação, validade e lote do produto). (Levar amostra) <u>(Marca Nutribom)</u>	PCT	80
26	Extrato de tomate (Produto de boa qualidade, com grande rendimento, forte coloração e consistência grossa. Embalagem de tetra Pack (caixinha) com peso líquido de 140g (cento e quarenta gramas), deverá constar data de fabricação, validade e lote do produto). (Levar amostra) <u>(Marca elefante)</u>	UND	1000
27	Farinha de milho (Amarela em flocos enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica contendo 500g, livre de parasitas, odores estranhos, substâncias nocivas, prazo de validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega). <u>(Marca Yoki ou pereira)</u>	UND	150



28	Farinha de Trigo (Farinha de trigo com fermento, enriquecida com ferro e ácido fólico, sendo obtida a partir de cereal limpo, esgerminado, com uma extração máxima de 20% e com teor máximo de cinzas de 0,385% (embalagem: pacote de 1 Kg). Validade superior a 6 meses). <u>(Marca Dona Benta ou boa sorte)</u>	KG	200
29	Fermento em Pó (Embalagem de 250 g contendo identificação do produto, data de fabricação e validade. Validade superior a 6 meses). <u>(Marca royal ou dr oetiker)</u>	UND	25
30	Filé de Tilápia (in natura iqr, glaceado, inteiros com corte em “V”, sem manchas, sem espinhos, sem pele, 5% de glaceamento, gramatura acima de 120gr. Embalados em sacos de poliéster laminado com polietileno tipo sacola de 1 a 2 Kg). <u>(Marca ventania)</u>	KG	300
31	Fubá amarelo (Textura fina. Ínsento de sujidades. Pacote 1kg.). Validade superior a 6 meses). <u>(Marca sinhá ou pereira, gardingo)</u>	KG	250
32	Gelatina - sabores variados (Validade superior a 6 meses). <u>(Marca brasileira ou sabor)</u>	CX	500
33	Gelatina em pó sem sabor (Incolor, pacote 24g. Validade superior a 6 meses). <u>(Marca Royal,sol ou dr oetiker)</u>	PCTT	30
34	Iogurte (Iogurte de boa qualidade resultante da fermentação do leite pasteurizado ou esterilizado, por fermentos lácticos próprios, sabor morango. Embalagem de 120g (cento e vinte gramas), deverá constar data de fabricação, validade e lote do produto). <u>(Marca digudinho)</u>	UND	4.000
35	Leite em pó integral (Leite em pó integral e instantâneo, sem açúcar, devendo a matéria prima ser a partir de origem exclusivamente nacional, contendo os seguintes ingredientes: leite integral e emulsificante lecitina de soja, com registro no Ministério da Agricultura/SIF. 400gr). Validade superior a 6 meses. <u>(Marca Nutril ou ninho)</u>	PC	200



36	Leite integral (Caixa com 1 litro, com identificação do produto e prazo de validade superior a 03 meses a contar a partir da entrega). <u>(Marca royal ou dr oetiker)</u>	UND	2.500
37	Linguiça (Tipo toscano com carne suína pura e limpa de boa qualidade, congelada, com cor e sabor característicos do produto de boa qualidade. Acondicionado em embalagem de 1 kg, de polietileno atóxica, resistente). <u>(Marca barbosa ou seara)</u>	KG	350
38	Louro em folhas -5g <u>(Marca brasileira ou sabor)</u>	UND	50
39	Macarrão de Sêmola (Espaguete nº 8, com ovos. Embalagem 1kg). <u>(Marca vilma ou mara)</u>	KG	400
40	Macarrão Sêmola (Goela, com ovos. Embalagem 1 kg). <u>(Marca vilma ou mara)</u>	KG	400
41	Macarrão Sêmola (Goelinha, com ovos. Embalagem 1 kg). <u>(Marca vilma ou mara)</u>	KG	400
42	Macarrão de Sêmola (Parafuso, com ovos. Embalagem 1 kg). <u>(Marca vilma ou mara)</u>	KG	400
43	Manga (Tipo palmer, fresca, apresentando grau de maturação, tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Aroma, cor e sabor típico da espécie. Isento de sujidade, parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações).	KG	250
44	Manteiga (Contendo 500 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade). <u>(Marca Cotoches)</u>	UND	30
45	Margarina (De primeira qualidade, com sal, sem gorduras trans, 80% de lipídeos. Embalada em pote plástico resistente de 500g (quinhentos gramas). No rótulo deve conter prazo de validade lote e informação nutricional). <u>(Marca qualy ou dorian)</u>	UND	150
46	Margarina (De primeira qualidade, com sal, sem gorduras trans, 80% de lipídeos. Embalada em pote plástico resistente de 250g (duzentos e cinquenta gramas). No rótulo deve conter prazo de validade lote e informação nutricional). <u>(Marca qualy ou dorian)</u>	UND	50



47	Milho para pipoca Tipo 1 (Milho para pipoca, grupo duro, classe amarelo, embalagem de 500 gr.) <u>(Marca gardingo ou pereira)</u>	UND	140
49	Mistura para bolo (De boa qualidade, sabores abacaxi, baunilha, cenoura, coco, leite condensado, chocolate e chocolate branco, não devendo estar empedrado, acréscimo apenas de leite e ovos, apresentação em embalagens de 400g (quatrocentos gramas). A embalagem deve estar íntegra e livre de qualquer sujidade, com data de fabricação, validade e lote do produto). <u>(Marca Vilma ou Dona Benta)</u>	UND	1000
50	Óleo de Soja (Embalagem de 900ml). <u>(Marca liza ou soya)</u>	UND	650
52	Orégano Desidratado - 5g <u>(Marca brasileirinha ou sabor)</u>	UND	50
52	Proteína Texturizada de Soja (Cor escura, pacote de 400 gr). <u>(Marca nayná)</u>	PCT	250
53	Pimentão (Fresco, com características organolépticas mantidas).	KG	150
54	Sal Refinado e iodado (Sal Refinado e iodado, embalado em sacos plásticos atóxicos contendo 01 kg cada) <u>(Marca globo)</u>	KG	300
55	Sardinha em conserva (Em óleo - lata 125 gr. Validade superior a 6 meses). <u>(Marca coqueiro)</u>	LT	100
56	Suco concentrado de Uva - 1L <u>(Marca bela ischia ou maguary)</u>	L	300
57	Suco concentrado de Caju - 1L <u>(Marca bela ischia ou maguary)</u>	L	400
58	Suco concentrado de Maracujá - 1L <u>(Marca bela ischia ou maguary)</u>	L	200
59	Trigo para quibe (Embalagens plasticas transparente de 500 gramas). <u>(Marca sinha ou voke ou pereira)</u>	PCT	150
60	Vinagre (De vinho tinto clássico, de primeira qualidade, fermentado acético, hidratado, acidez 4,0%. Não contém glúten. Embalagem de 750 ml). <u>(Marca toscano ou castelo)</u>	UND	30

3. DO PREÇO:

O preço pelo qual será adquirido os itens do objeto será o de menor e melhor preço, visando a economicidade e qualidade dos objetos a serem adquiridos.

4. JUSTIFICATIVA:



Trata-se de contratação de empresa especializada para fornecimento de gêneros alimentícios (merenda escolar), uma vez que, as aulas estão prestes a iniciar, sendo, todavia, necessário realizar procedimento licitatório para a referida aquisição, haja vista ser um dever do Estado/Município fornecer alimentação escolar a todos os alunos matriculados na rede pública municipal de ensino.

Lado outro, importante salientar, que o Município de Durandé, MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação visa o fornecimento de alimentos variados e seguros, que contribuam para o crescimento e desenvolvimento saudável dos alunos matriculados nas Unidades de Ensino do município, garantindo melhoria do rendimento escolar e segurança alimentar e nutricional, bem como, condições de saúde àqueles que necessitem de atenção específica e em vulnerabilidade social, com acesso igualitário, respeitando as diferenças biológicas entre as faixas etárias.

Conforme mencionado alhures, é cediço que é obrigação do Estado oferecer aos alunos ensino de qualidade, destacando-se entre os princípios apontados para o desenvolvimento do ensino, a promoção de ações que assegurem a igualdade de condições para o acesso e a permanência à escola.

Nesse diapasão, ressalta-se que a Constituição Federal, estabeleceu o dever do Estado, quanto à garantia do fornecimento da alimentação escolar, a luz do artigo 208, Inciso VII, assim como a Lei nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente em Inciso VII do artigo 54. Com efeito, a alimentação é primordial no combate a repetência escolar, pois, é cediço que crianças com problemas de alimentação, têm afetada a capacidade de aprendizagem.

O educando, em especial, o mais carente, possui inúmeras dificuldades para manterem-se nas escolas, haja vista a falta de condições financeiras para garantir certas necessidades, tais como: alimentação, transporte, vestuário, material didático para uso diário, entre outros. Por essas razões, o simples oferecimento do ensino público gratuito, muitas vezes, não é suficiente para permitir o acesso desse aluno na escola ou mesmo para assegurar a sua permanência.

Foi pensando nessa realidade que o legislador constituinte atrelou ao dever de oferecer a educação, outras obrigações que se podemos chama-las de "acessórias", mas que, na verdade, complementam o direito ao ensino público e por meio das quais se possibilita o acesso e a permanência do educando no ambiente escolar.

No artigo 208 da Constituição encontram-se as obrigações do Estado, no que tange ao oferecimento do ensino público. Trata-se de garantias asseguradas aos educandos, cuja finalidade é o efetivo exercício do direito à educação, estando, entre esta, destaca-se a alimentação escolar.

Conforme mencionado no inciso VII do artigo 208 acima citado, o Estado deverá atender ao educando, no ensino fundamental, além de outros programas suplementares, o da alimentação escolar, sob pena de o não oferecimento, ou sua ofertar irregular, importar em crime de responsabilidade da autoridade competente.

Assim sendo, em face de todas as premissas, aqui mencionadas, constata-se a necessidade de aquisição dos gêneros alimentícios, com o regular procedimento licitatório nos termos da Lei nº 10.520/2002, da Lei nº 11.947/2009, dentre outras, observando sempre a busca da administração pública pela melhor qualidade e o menor desembolso, através de um procedimento formal de disputa entre interessados.

5. DA GARANTIA:

A EMPRESA VENCEDORA TERÁ O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E/OU DOS QUANTITATIVOS EMPENHADOS DENTRO DO LIMITE PREVISTO NO TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL CONFORME A NECESSIDADE D SECRETARIA REQUERENTE.

6. JULGAMENTO DA PROPOSTA:

O JULGAMENTO DA PRESENTE PROPOSTA SERÁ AVALIADO O MENOR PREÇO E MELHOR PREÇO, DOS ORÇAMENTOS E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA APRESENTADOS.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A DESPESA FINANCEIRA DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO DO OBJETIVO SUPRA DEFINIDA, OCORRERÁ POR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEPARTAMENTOS PARTICIPANTES DO CERTAME:

8. DA FISCALIZAÇÃO:

A FISCALIZAÇÃO SERÁ REALIZADA NA ENTREGA DOS PRODUTOS REQUISITADOS NESTE



PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA E POSTERIOR EDITAL SENDO ESSA COMPETÊNCIA CONFERIDA A SERVIDOR DESIGNADO DA SECRETARIA REQUERENTE.

NA EVENTUAL CELEBRAÇÃO DE CONTRATO A FISCALIZAÇÃO SERÁ REALIZADA POR FISCAL, SERVIDOR DA PREFEITURA MUNICIPAL, ONDE SERÁ FORMALIZADO A NOMEAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO A SER ELABORADO.

9. LOCAL DE ENTREGA DOS OBJETOS REQUISITADOS:

OS ALIMENTOS DEVERÃO SER ENTREGUES NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO OU EM LOCAL DETERMINADO PELA REQUISITANTE, NO ATO DO PEDIDO

10. DO PRAZO PARA ENTREGA:

O FORNECIMENTO DOS ALIMENTOS OCORRERÁ NO PRAZO MÁXIMO E IMPRORROGÁVEL DE 05 (CINCO) DIAS CORRIDOS.

11. DO PAGAMENTO:

O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS APÓS A EMISSÃO DA RESPECTIVA NOTA FISCAL, POR MEIO DE TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA PARA A CONTA CORRENTE EM NOME DA TITULARIDADE DA EMPRESA VENCEDORA.

12. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA CONTRATAÇÃO

O CONTRATO A SER FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE DURANDÉ E A LICITANTE VENCEDORA DO CERTAME INCLUIRÁ AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL, OUTRAS NECESSÁRIAS A FIEL EXECUÇÃO DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO, NÃO FICANDO NA OBRIGAÇÃO DA PREFEITURA A AQUISIÇÃO DO QUANTITATIVO TOTAL ESTIPULADO OS ITENS DA PRESENTE PROPOSTA.

A PREFEITURA MUNICIPAL PODERÁ SOLICITAR EMPENHO CONFORME SUAS NECESSIDADES DENTRO DA VIGÊNCIA DESTA.

A EMPRESA VENCEDORA FORNECERÁ OS ALIMENTOS PRESENTE NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL E FICARÁ RESPONSÁVEL POR QUALQUER DESABASTECIMENTO OU FORNECIMENTO DE ALIMENTOS EM DESCONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR, TAIS COMO FORMA DE ARMAZENAMENTO E DATA DE VALIDADE.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

MANTER DURANTE TODA A VIGÊNCIA DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO;

NÃO TRANSFERIR A TERCEIROS, POR QUALQUER FORMA, NEM MESMO PARCIALMENTE, AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS, NEM SUBCONTRATAR QUALQUER DAS PRESTAÇÕES A QUE ESTÁ OBRIGADA, EXCETO NAS CONDIÇÕES AUTORIZADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA OU NA MINUTA DE CONTRATO;

ARCAR COM O ÔNUS DECORRENTE DE EVENTUAL EQUÍVOCO NO DIMENSIONAMENTO DOS QUANTITATIVOS DE SUA PROPOSTA, INCLUSIVE QUANTO AOS CUSTOS VARIÁVEIS DECORRENTES DE FATORES FUTUROS E INCERTOS, DEVENDO COMPLEMENTÁ-LOS, CASO O PREVISTO INICIALMENTE EM SUA PROPOSTA NÃO SEJA SATISFATÓRIO PARA O ATENDIMENTO AO OBJETO DA LICITAÇÃO, EXCETO QUANDO OCORRER ALGUM DOS EVENTOS ARROLADOS NOS INCISOS DO 1º DO ART. 57 DA LEI Nº 8.666, DE 1993.

RESPONSABILIZAR-SE, INDEPENDENTE DOS MOTIVOS DE FALTA DE SEUS EMPREGADOS, PELA EXECUÇÃO DE TODOS OS SERVIÇOS ESPECIFICADOS;

MANTER EM DIA O PAGAMENTO DO SALÁRIO DO PESSOAL ALOCADO AOS SERVIÇOS, BEM COMO DOS RESPECTIVOS ENCARGOS SOCIAL, QUE SÃO DE SUA INTEIRA RESPONSABILIDADE;



RESPONDER POR QUALQUER ACIDENTE DE QUE POSSAM SER AUTORES OU VÍTIMAS SEUS EMPREGADOS, BEM COMO TERCEIROS;

RESPONDER PELOS DANOS, DOLOSOS OU CULPOSOS, CAUSADOS PELOS SEUS EMPREGADOS AOS BENS DA PREFEITURA MUNICIPAL DURANTE ENTREGA DO PRODUTO E TAMBÉM COMO O OBJETO A SER ADQUIRIDO ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DOS ALIMENTOS DA CONTRATADA.

COMUNICAR A PREFEITURA MUNICIPAL ATRAVÉS DO GESTOR DA PASTA, A OCORRÊNCIA DE QUALQUER FATO OU CONDIÇÕES QUE POSSAM ATRASAR OU IMPEDIR O FORNECIMENTO DE ALIMENTOS, NO TODO OU EM PARTE, DE ACORDO COM OS PRAZOS ESTABELECIDOS, INDICANDO AS MEDIDAS PARA CORRIGIR A SITUAÇÃO.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

RECEBER O OBJETO REQUISITADO, DISPONIBILIZANDO LOCAL, DATA E HORÁRIO;
EXIGIR O CUMPRIMENTO DE TODAS AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA CONTRATADA, DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS E OS TERMOS DE SUA PROPOSTA;

EXERCER O ACOMPANHAMENTO E A FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS, POR SERVIDOR ESPECIALMENTE DESIGNADO, ANOTANDO EM REGISTRO PRÓPRIO AS FALHAS DETECTADAS, INDICANDO DIA, MÊS E ANO, BEM COMO O NOME DOS EMPREGADOS EVENTUALMENTE ENVOLVIDOS, E ENCAMINHANDO OS APONTAMENTOS À AUTORIDADE COMPETENTE PARA AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS;

NOTIFICAR A CONTRATADA POR ESCRITO DA OCORRÊNCIA DE EVENTUAIS IMPERFEIÇÕES NO CURSO DA EXECUÇÃO DA ENTREGA DOS PRODUTOS, FIXANDO PRAZO PARA A SUA CORREÇÃO;

ZELAR PARA QUE DURANTE TODA A VIGÊNCIA DO CONTRATO SEJAM MANTIDAS, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA CONTRATADA, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

VERIFICAR MINUCIOSAMENTE, NO PRAZO FIXADO, A CONFORMIDADE DOS PRODUTOS RECEBIDOS COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E DA PROPOSTA, PARA FINS DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVOS;

EFETUAR O PAGAMENTO NO PRAZO PREVISTO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E POSTERIOR EDITAL.

15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

CONFORME OS ITENS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA RELACIONADOS NAS CLÁUSULAS DE EXIGÊNCIAS DO EDITAL.

16. PESQUISA DE PREÇOS:

CONSIDERANDO AS ORIENTAÇÕES DO TCE/MG PARA FORMAR A “CESTA DE PREÇOS ACEITÁVEIS” PARA AQUISIÇÃO DE DIVERSOS BENS, PRODUTOS E SERVIÇOS, FOI UTILIZADO HISTÓRICO DE PREÇO JÁ PRATICADO DO OBJETO EM QUESTÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE DURANDÉ.

TAMBÉM FOI UTILIZADO COTAÇÕES COM POTENCIAIS FORNECEDORES DOS OBJETOS A SEREM LICITADOS PARA CONTRIBUIR PARA A MÉDIA DE PREÇOS, BEM COMO CONSULTA A SITE ESPECIALIZADO DE BANCO DE PREÇOS.

17. DAS AMOSTRAS

AS LICITANTES QUE DESEJAREM CONCORREREM (OFERTAR PREÇOS) NOS ITENS 1, 9, 10, 11, 25 E 26 DO OBJETO DESTES PROCESSOS, DEVERÃO APRESENTAR, 01 (UMA) AMOSTRAS DOS PRODUTOS, NO DIA DA SESSÃO QUE ANTECEDER A DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

AS AMOSTRAS REFERENTES AOS PRODUTOS CITADOS DEVERÃO SER ENTREGUES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO SETOR MERENDA ESCOLAR, SITUADO À AV. ÁLVARO MOREIRA DA SILVA CENTRO, Nº 615, CENTRO, DURANDÉ, MG, DAS 8:00 ÀS 11:00 HORAS E DAS 13:00 ÀS 17:00 HORAS, DE SEGUNDA A SEXTA, EM DIA DE EXPEDIENTE NORMAL.

A NÃO APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS EXIGIDA PARA OS ITENS 1, 9, 10, 11, 25 E 26, DO



OBJETO DESTES PROCESSO, DESCLASSIFICARÁ A PROPOSTA DA EMPRESA QUANTO AOS ITENS;

AS REFERIDAS AMOSTRAS NÃO SERÃO DEVOLVIDAS A EMPRESA PROPONENTE E SERVIRÃO PARA TESTE DE ACEITABILIDADE, A SER REALIZADO POR TÉCNICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E POR MEMBROS DO CAE – CONSELHO ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE DURANDÉ, MG, OS QUAIS EMITIRÃO PARECER SOBRE A ACEITABILIDADE OU REJEIÇÃO DAS AMOSTRAS.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Correrão por conta da empresa participante todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

a) que se encontrem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

b) que atuem em regime de consórcio, juridicamente constituído;

c) que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

d) estrangeiras que não funcionem no País;

e) que não comprovarem sua condição de empresa legalmente constituída, e não demonstrarem, através de seu Contrato e/ou estatuto Social, que é objeto da empresa a entrega dos Serviços objetos da presente licitação;

f) cujos sócios, representantes, gestores ou responsáveis técnicos participam de mais de uma empresa especializada no ramo do objeto desta licitação, pois somente uma delas (empresas), poderá participar do certame.

4. DA REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1 Para representação e credenciamento, a empresa deverá apresentar cópias dos seguintes documentos:

a) **Quando sócio:** contrato social e alterações que apontem quem representa a pessoa jurídica (cópias simples) acompanhado de documento de identificação pessoal do representante legal (cópia autenticada em Cartório);

b) **Quando procurador:** Instrumento de Procuração Pública ou Particular com firma reconhecida por (Tabelião Oficial) no qual constem poderes para este Pregão Presencial **007/2020** interpor e desistir de recurso, renunciar direitos e, ainda, para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada de documento de identificação pessoal do procurador (cópia autenticada em Cartório) e contrato social e alterações que apontem a representação legal da pessoa jurídica (cópias simples);

4.2 - Instaurada a sessão, as licitantes, por intermédio de seus representantes, apresentarão **DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPREM PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (SEPARADAMENTE DOS ENVELOPES)**. Caso a licitante não apresente a declaração, a Pregoeira providenciará termo equivalente para recolher a assinatura do representante legal.

4.3 Não será efetuado credenciamento sem a apresentação de todos os documentos devidamente autenticados ou com firma reconhecida, se for o caso conforme as letras a) e b) do item 4.2.

4.4 A falta do representante não impedirá a licitante de participar do certame licitatório, ficando, porém impedida de manifestar-se durante as sessões, inclusive quanto à formulação de lances verbais e intenção.

4.5 O representante legal poderá ser substituído em qualquer fase do processo, podendo ser indicado a qualquer tempo



um representante, caso tal providência não tenha sido efetivada inicialmente, desde que apresente a documentação solicitada, em conformidade com os ditames deste Instrumento Convocatório.

4.6 No início da sessão, dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste edital, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto a Pregoeira, apresentando os documentos para credenciamento.

4.7 Uma vez dado início ao credenciamento no horário previsto no preâmbulo deste edital, não serão mais aceitos novos participantes no certame.

4.8. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

5 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. A declaração da licitante de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, que constituirá no Anexo II e deverá ser apresentada fora dos Envelopes nºs 1 e 2;

2. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassados, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

2.1 O envelope da Proposta de Preços deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior as seguintes informações:

Á Prefeitura Municipal de Durandé - MG

Envelope nº 1 – Proposta

Pregão Presencial nº 007/2020

Processo nº 014/2020

2.2 O envelope dos Documentos de Habilitação deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior as seguintes informações:

Á Prefeitura Municipal de Durandé - MG

Envelope nº 2 – Habilitação

Pregão Presencial nº 007/2020

Processo nº 014/2020

3. A proposta deverá ser elaborada preferencialmente em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.

4. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

5. Inicialmente, todos os presentes assinarão os lacres dos envelopes, e será aberto o Envelope 1 - Proposta de Preços, e em seguida a Pregoeira procederá da seguinte forma:

5.1 Rubrica, conferência, análise e classificação das propostas em confronto com o objeto e exigências deste edital;

5.2 O estabelecido no subitem anterior, estende-se aos licitantes presentes;

5.3. Análise de todas as propostas quanto à sua conformidade com as exigências do edital e seus anexos, procedendo-se à desclassificação daquelas desconformes e a sua substituição por outra, de forma a definir aquelas que se encontrarem aptas.



6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 As propostas serão julgadas tomando-se por base o **MENOR PREÇO POR ITEM**, e deverão ser entregues no local estabelecido neste instrumento convocatório e até o dia e horário marcados para a abertura da sessão

6.2 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a) nome, endereço e CNPJ do proponente;
- b) número do processo e do Pregão;
- c) descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações do Anexo I deste Edital;
- d) preço unitário e total em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, tais como: transporte, seguro contra todos os riscos existentes, garantia e tributos de qualquer natureza, não podendo ultrapassar duas casas decimais após a vírgula (Ex: R\$ 0,90);
- e) Deverá ser especificada a marca do material; seu fabricante, se importado e demais elementos que permitam identificá-lo com clareza.
- f) Em caso de divergência entre o preço total e o unitário, prevalecerá este àquele, do mesmo, prevalecerá o valor expresso por extenso, sobre o valor numérico.
- g) Prazo de validade da proposta: no mínimo 60 (sessenta) dias, em caso de omissão a Pregoeira considerará como válido tal prazo.

6.3 – A microempresas ou empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração de comprovação de enquadramento em um dos dois regimes, para que possa ter o benefício do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123/14/12/2006, a empresa deverá apresentar junto a declaração a **Certidão Simplificada Expedida pela Junta Comercial**.

6.4 – A não entrega da Declaração de Enquadramento de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, ou apresentação de documento diferente do exigido no subitem 6.3 deste edital implicará na anulação do direito da mesma em usufruir o regime diferenciado garantido pela Lei Complementar 123/06

7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 As propostas, assinadas, sem emendas ou rasuras serão classificadas segundo a ordem **CRESCENTE DOS PREÇOS (POR ITEM)**, devendo estar assinadas pelo responsável legal da pessoa jurídica, ou procurador, sendo desclassificadas as aquelas que:

- a) Não atendam às condições deste instrumento convocatório, notadamente em relação aos preços máximos tolerados, ou seja, manifestamente inexecutáveis por decisão da Pregoeira;
- b) Estejam incompletas, ou seja, não contenham todas as informações, ou declarações ou certificações exigidas neste instrumento convocatório;
- c) Contenham limitações ou condições contrastantes com o instrumento convocatório.

7.2 Havendo divergência entre valores unitários e valores globais, considerar-se-ão como válidos os valores unitários, caso a discrepância seja entre os valores em algarismo e por extenso prevalecerão os últimos.

7.3 Após a abertura dos envelopes relativos às Propostas de Preços, a Pregoeira poderá suspender a reunião a fim de que tenha melhores condições de análise, marcando na oportunidade, nova data e/ou horário em que voltará a reunir-se com os interessados, ocasião em que será da continuidade ao certame.

7.4 O não comparecimento de qualquer dos licitantes à nova reunião marcada, não impedirá que ela se realize, não cabendo ao ausente o direito à reclamação de qualquer natureza.

7.5 Não serão consideradas, com critérios de classificação ou desempate das propostas, quaisquer ofertas de vantagens



não previstas neste edital;

7.6 Após a fase de abertura de “Proposta de Preços”, não caberá desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente.

VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

1. O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados:

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Deverão ser apresentadas as seguintes declarações:

- a) Declaração pela licitante de inexistência de fato impeditivo de habilitação, na forma do parágrafo 2º, art. 32 da Lei 8.666/93 (Anexo a este Edital).
- b) Declaração que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, de perigo ou insalubre, não emprega menor de dezois anos, na forma do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, de acordo com a Lei Federal nº 9.854/02 (conforme modelo - Anexo a este Edital);
- c) Declaração que não possui em seu quadro de funcionários, servidores públicos exercendo função de gerência, administração ou qualquer outra que lhe de poderes

8.1.1 Para habilitação, as empresas interessadas deverão apresentar os seguintes documentos:

8.2.1 Habilitação Jurídica

- a) Para Empresa Individual: Registro Comercial;
- b) Para Sociedade Comercial: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados;
- c) Para Sociedade por Ações: Inscrição do ato constitutivo e alterações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em exercício;
- d) Para Sociedade Civil: Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- e) Para Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no Brasil: Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Cópia da Cédula de identidade dos sócios, ou do diretor, ou do (s) proprietário (s) da empresa.

8.2.1.1 Os documentos relacionados nas alíneas de “a” a “f” do subitem 8.2.1 não precisarão constar do envelope dos Documentos de Habilitação se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão, conforme prevê o item 4.1.

8.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)
- b) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (CND), especificada para participar de licitações;



- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante;
- e) Prova de regularidade relativa à seguridade Social (INSS, conforme Lei 8.212/91),
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS, conforme Lei 8.036/90);
- g) Cópia do Alvará ou comprovante de localização e funcionamento expedido pelo Município sede;
- h) Prova de regularidade relativa a Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT regularizada pela Resolução Administrativa nº 1470, de 24 de agosto de 2011, do Tribunal Superior do Trabalho;

8.2.3 Documentos Relativo a Avaliação Econômica - Financeira:

a) Certidão Negativa de Falência ou concordata, expedida pelo Cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, conforme Inciso II, do Artigo 31 da Lei Federal 8.666/93;

8.2.4.6 - Os documentos acima referidos são presumidamente verdadeiros em sua forma e conteúdo. Caso a equipe técnica de pregão constate indícios de fraude oferecerá denúncia junto ao Ministério Público Estadual, relatando o incidente licitatório.

Parágrafo Único: Além de a Empresa fornecer os documentos exigidos neste edital e entregar no envelope de nº 2, a mesma também deverá copiar os arquivos em PDF e

8.2.4.7 - Todas as xerocópias dos documentos solicitados nesta fase de habilitação somente serão aceitas devidamente autenticadas em cartório competente;

8.2.4.8 Para fins de agilização da fase de habilitação do certame licitatório todos os volumes deverão ser obrigatoriamente numerados (na ordem do edital) com todas as folhas rubricadas e preferencialmente numeradas apresentando ao final um Termo de Encerramento os quais deverão conter na capa a titulação do conteúdo o nome da licitante o numero do Certame.

8.2.3 Documentos Relativo a Qualificação técnica:

8.2.3 – Alvará expedido pela vigilância sanitária da sede da licitante.

9. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

9.1 O julgamento da habilitação dos interessados será realizado com a abertura do envelope de DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da pessoa jurídica melhor classificada e será feito à vista do exame dos documentos apresentados.

9.2 Após a abertura dos envelopes relativos à documentação de habilitação, o Pregoeira poderá suspender a reunião a fim de que tenha melhores condições de análise, marcando na oportunidade, nova data e/ou horário em que voltará a reunir-se com os interessados, ocasião em que será apresentado o resultado do julgamento da habilitação.

9.3 O não comparecimento de qualquer dos licitantes à nova reunião marca não impedirá que ela se realize, não cabendo ao ausente o direito à reclamação de qualquer natureza.

9.4 Será julgado habilitado o licitante que apresentar os documentos exigidos, validamente e em conformidade com este instrumento convocatório.

9.4.1 Será julgado inabilitado o licitante que não atender às exigências deste instrumento convocatório, notadamente quanto a não apresentação ou apresentação irregular de qualquer documento solicitado.

9.5 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão



apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, atendendo o que determina o artigo 43, da Lei Complementar nº 123/06.

9.6 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento imediatamente posterior à declaração de vencedora da licitação, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.

9.7 A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem 9.6, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Legislação pertinente, sendo facultado à instituição convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata, ou cancelar a licitação.

9.8 Todos os documentos deverão estar dentro do prazo de validade, salvo aqueles que não tenham validade (Documentos relativos à qualificação jurídica, Cartão do CNPJ, inscrição no cadastro de contribuintes estaduais ou municipais), para os demais, quando o prazo de validade não estiver mencionado explicitamente, somente serão aceitos quando emitidos até 90 (noventa) dias antes da apresentação dos documentos de habilitação e propostas.

9.9 Os documentos exigidos quando emitidos através DA INTERNET terão sua autenticidade verificada pelo município.

9.10 Para maior agilidade os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, encadernados, numerados em ordem crescente e precedidos de índice que os identifique claramente

9.11 Não constituirão causa de inabilitação ou desclassificação, a irregularidade formal que não afete o conteúdo ou a idoneidade do documento.

10. DO PROCEDIMENTO NO PREGÃO

10.1 Em seguida, realizar-se-á o credenciamento dos representantes legais e efetuar-se-á a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços das licitantes rubricando-as facultando-se aos representantes das licitantes o seu exame, registrando-se em ata as anotações solicitadas;

10.2 O procedimento licitatório terá início com a abertura de “Propostas”, sendo realizado julgamento das mesmas de forma objetiva, em conformidade com o tipo de licitação, critérios estabelecidos neste instrumento convocatório, e com fatores exclusivamente nele referidos;

10.3 Serão verificados o atendimento das propostas às condições definidas neste edital, sendo desclassificadas, pela Pregoeira aquelas que não atendam ao Instrumento Convocatório (conforme acima);

10.4 Da desclassificação das propostas de preço somente caberá pedido de reconsideração à própria comissão de licitação, com a justificativa de suas razões, a ser apresentado, de imediato, - oralmente ou por escrito, na mesma sessão pública em que vier a ser proferida;

10.5 A Pregoeira e a Equipe de Apoio analisará e decidirá de imediato o pedido de reconsideração, sendo-lhe facultado, para tanto, suspender a sessão pública;

10.6 Da decisão relativa ao pedido de reconsideração não caberá recurso;

10.7 Casos as propostas apresentadas por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam em até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço, lhes será assegurada preferência de contratação, situação denominada por empate ficto, conforme disposto na LC n.º 123/2006.

a) na hipótese de não contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, o objeto da licitação será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

b) os dispositivos legais atinentes ao empate ficto somente serão aplicáveis quando a melhor oferta final não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.



10.8 O prazo para impetração memoriais escritos do recurso administrativo é de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de comunicação do ato que o motivou.

10.9 O município de Durandé/MG poderá conferir prazo de 08 (oito) dias úteis para as licitantes, caso todas sejam desclassificadas ou inabilitadas (todas numa mesma fase), a fim de que as mesmas possam adequar propostas ou documentação, conforme o caso.

10.10 Observação: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, *a e b*, da Lei nº 8.666-93);

11 - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

1. No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

3. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6. A licitante vencedora deverá encaminhar à Prefeitura, planilha de custo detalhada.

12. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1 No prazo de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento da proposta o ato convocatório do pregão poderá ser impugnado, caso não haja impugnações preclui possibilidade posterior de impugnação de toda matéria nele constante.

12.2 Os pedidos de esclarecimento, providências ou impugnações, deverão ser encaminhados por escrito e contra recibo a Pregoeira, na Av. Alvaro Moreira da Silva, nº 615, centro, Durandé /MG, no prazo disposto no subitem acima, no horário das 08:00 as 11:00 horas de segunda a sexta feira.

12.3 Impugnações ou pedidos de esclarecimentos protocolados fora do prazo não serão considerados.

13 - DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

13.1 O objeto desta licitação será entregue sempre que requisitado, sendo que o objeto deverá estar sempre à disposição da Prefeitura Municipal de Durandé, em qualquer quantidade, dia e hora, atendendo às condições estabelecidas na Proposta Comercial.

13.2 A aceitação do objeto deste Certame não exclui, nem reduz a responsabilidade da empresa contratada com relação ao funcionamento e especificações divergentes do objeto, durante todo o período.

13.3 Será recusado todo e qualquer produto que não atenda as especificações deste Instrumento Convocatório;



13.4 A licitante vencedora terá o prazo de **05 (cinco)** dias úteis para providenciar a substituição do objeto deste Certame, em caso de recusa da Prefeitura, a partir da comunicação feita por este.

14 - DO PAGAMENTO

1. Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Prefeitura, mensalmente, a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do relatório do fornecimento/entrega a que a Nota Fiscal de venda se referir.
2. Os pagamentos serão efetuados até 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada da nota fiscal/fatura no setor de tesouraria desta Prefeitura.
3. O pagamento das Notas será feito em cheque nominal à **CONTRATADA**, que deverá comparecer à seção de pagamento da **CONTRATANTE** para recebê-lo.
4. Considera-se como data de apresentação da nota fiscal o último dia do prazo previsto para sua entrega.
5. DA DESPESA - As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das respectivas dotações orçamentárias, referente ao orçamento 2020.

15 - DA CONTRATAÇÃO

- 15.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como ANEXO V.
- 15.2 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 15.3 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 1.1 do item XI, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 15.4. A adjudicatária deverá, no prazo de 05 dias corridos contados da data da convocação, comparecer junto à Prefeitura, na Av. Álvaro Moreira da Silva, nº 615, centro – Durandé - MG, para assinar o termo de contrato.
- 15.5. Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o item XI, subitem.1.1, ou recusar a assinar o contrato, será convocada outra licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente.
- 15.6. O contrato será celebrado com a vigência a contar da data de sua assinatura, encerrando-se no dia 31.12.2020.
- 15.7. O prazo mencionado no subitem anterior poderá ser prorrogado mediante termo aditivo, inclusive o aumento do objeto por até 25% (vinte e cinco por cento), nos termos da legislação vigente.
- 15.8. A execução dos serviços/fornecimento deverá ter início imediatamente à data de assinatura do contrato.

16 - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

16.1 Quem, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato (inadimplência total ou parcial das obrigações assumidas), comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará suspenso de licitar e contratar com o município de Durandé/MG, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo da aplicação de multas, conforme abaixo, nesta hipótese poderá O município de Durandé/MG rescindir unilateralmente o contrato.



16.2 Independentemente do disposto no item 16.1, acima, poderá também o município de Durandé/MG, pelo inadimplemento total ou parcial, por culpa da CONTRATADA, aplicar multa irredutível de 10% (dez por cento) acrescida de 1% (um por cento) de juros de mora ao mês, sobre o valor total do contrato. Caso esta multa, tenha que ser cobrada em juízo, ao montante se acrescerá mais 20% (vinte por cento) a título de honorários advocatícios.

PARÁGRAFO ÚNICO: Esta multa será cobrada ao mês proporcional aos dias de atraso.

16.3 Para aplicação das penalidades aqui previstas, a licitante será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

16.4 As penalidades previstas neste Instrumento Convocatório são independentes entre si, podendo ser aplicada s isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

16.5 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Prefeitura Municipal de Durandé, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da Prefeitura Municipal de Durandé, podendo, ainda a Prefeitura Municipal de Durandé proceder à cobrança judicial da multa.

16.6 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Prefeitura Municipal de Durandé.

16.7 Além das penalidades citadas, a **licitante vencedora** ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores, e, no que couber às demais penalidade referida no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93.

16.8 As sanções de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE DURANDÉ, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora concomitantemente com as de multa.

16.9. Das decisões proferidas pela Administração cabem:

a) Recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos casos previstos no art. 109, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Representação a Prefeitura Municipal de Durandé, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

c) Pedido de reconsideração da Decisão da Prefeitura Municipal de Durandé nos casos de declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

17. DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1 O Contrato poderá ser extinto antecipadamente desde que se configure qualquer das hipóteses elencadas no Capítulo III, Seção V da Lei federal 8.666/93, com suas alterações.

18. DA FISCALIZAÇÃO

18.1. A entrega do objeto deste Certame será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Administração da Contratante, com atribuições específicas, devidamente designadas pela autoridade competente. (Artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93).

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 É facultada a Pregoeira ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que



deveria constar no ato da sessão pública.

19.2 A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.2.1 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

19.3 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e A PREFEITURA MUNICIPAL DE DURANDÉ, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.4 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.5 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública de PREGÃO.

19.6 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro Contrato.

19.7 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação, ficando assegurado ao município de Durandé/MG o direito de adiar, cancelar no todo ou em parte, a presente licitação, antes de efetivado o Contrato, sem que em decorrência de qualquer dessas medidas, tenham os participantes direito à indenização, compensação ou reclamação de qualquer natureza.

19.8 A simples participação na presente licitação evidencia ter o licitante, se candidatado ao certame licitatório, examinado cuidadosamente o objeto do instrumento convocatório e seus anexos, se inteirando de todos os seus detalhes e com eles haver concordado. O município de Durandé/MG não admitirá declarações posteriores à abertura das propostas de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que dificultem ou impossibilitem julgamento das propostas ou a adjudicação ao licitante vencedor.

19.9 As decisões provenientes do curso desta licitação poderão ser comunicadas aos licitantes por e-mail, fac-símile, carta, publicação, ou qualquer outro meio que cientifique a(s) licitante(s).

19.10 A Autoridade Superior, a que se refere este edital é o Senhor **JOSÉ ELIAS RODRIGUES PEREIRA** Prefeito Municipal.

19.11 A PREFEITURA MUNICIPAL DE DURANDÉ providenciará o comprovante da publicação do aviso do edital, do resultado da licitação, do extrato de resultado e dos demais atos relativos à publicidade do certame.

19.12 Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93, do Decreto Municipal Nº 011, de 12 de julho e Decreto Federal nº. 2.743 de 08/1998 e nº. 3.931 de 19/09/2001.

19.13. Integram o presente Edital: Segue anexo deste Edital Modelos de I a IX:

- b) ANEXO I - Modelo de Carta de Credenciamento;
- c) ANEXO II - Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- d) ANEXO III - Formulário Padrão para Proposta de Preços
- e) ANEXO IV - Declaração de que é Micro ou Pequena Empresa;
- f) ANEXO V - Declaração de Inexistência de fato impeditivo para habilitação;
- g) ANEXO VI - Declaração de que não emprega menores;



- h) ANEXO VII - Declaração de que não emprega servidores públicos.
- i) ANEXO VIII – Minuta Contrato.
- J) ANEXO IX - Termo de Referência

19.14 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Manhumirim

Durandé, 14 de Fevereiro de 2020.

Claudia Tuller de Oliveira
Pregoeiro(a) Oficial da Prefeitura Municipal de Durandé – MG

Minuta de Carta de Credenciamento

(Papel timbrado da empresa)

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE DURANDÉ - MG
REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE PREGÃO.
Nº XX/2020 TIPO MENOR PREÇO POR ITEM DE CADA (ITEM).

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a)....., portador(a) do RG n..... e do CPF n...., a participar da licitação instaurada pela Prefeitura do município de Durandé/MG, na modalidade Pregão Presencial n. **XX/2020**, na qualidade de representante legal, outorgando – lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa..., bem como formular propostas, ofertar lances verbais, renunciar direitos, desistir de recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

..... De... De 2020.

Atenciosamente,

Nome:
Função na Empresa:
RG:
CPF:



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Á:

Prefeitura Municipal de Durandé-MG.

Ref.: PAL nº 014/2020- PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2020.

Prezados Senhores:

Declaramos, sob as penas da Lei, conhecer e aceitar as condições constantes deste Pregão e seus anexos, e que atendemos plenamente aos requisitos necessários para habilitação.

Durandé, MG, (data),

(assinatura)

(nome do representante legal da empresa proponente)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo (s) seu(s) representante (s) legal (is) ou procurador devidamente habilitado.

ANEXO III – Proposta Comercial

Empresa: (nome da Empresa)

Para: (nome do órgão)

Ref.: PAL nº 014/2020- PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2020.

Prezados senhores,



Pela presente, formulamos Proposta Comercial para a aquisição/fornecimento de alimentos para composição da merenda escolar da rede municipal de Ensino em conformidade com as condições abaixo:

I – Especificações Técnicas e Quantitativas do Objeto:

(Observar as marcas indicadas)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QNT	Valor unitário	Valor Total
1	Achocolatado em pó (Achocolatado em pó, instantâneo, contendo os seguintes ingredientes: Açúcar, cacau em pó, maltodextrina, minerais, vitaminas, emulsificante lecitina de soja, antioxidante ácido ascórbico e aromatizantes. Contém glúten. Contém traços de leite. Pacote de 800g, em polietileno atóxico, transparente ou leitosa ou aluminizada e resistente). Validade superior a 6 meses. (Levar amostra)	PCT	200		
2	Açúcar Cristal (Branco, contendo sacarose de cana - de - açúcar. Isenta de matéria terrosa, de parasito e de detritos animais e vegetais; aparência, cor e cheiro próprio. Embalagem de polietileno atóxico de 5 kg).	PCT	500		
3	Adoçante dietético em gotas 100 ml (adoçante dietético líquido, a base de sucralose ou estévia)	UND	10		
4	Amendoim (Produto de boa qualidade, embalagem de 500g (quinhentos gramas), torrado, sem casca, inteiro, em embalagem primária, saco polietileno atóxico, resistente. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega).	PCT	60		
5	Amido de milho (Embalagem intacta de 500g (quinhentos gramas), devendo constar data de fabricação, validade e número do lote do produto. Validade superior a 6 meses).	PCT	50		
6	Arroz (Aguilhina, tipo I, longo fino polido, com no mínimo 90% dos grãos inteiros, embalagem polietileno atóxico resistente de 5 kg. Data de fabricação e validade visíveis).	PCT	700		



7	Aveia Laminada (Flocos médios. Pacote de 400gr. Validade superior a 6 meses).	PCT	30		
8	Azeite (De oliva extra virgem com acidez máxima de 0,8% (em ácido oleico) - para temperar alimentos; embalagem com 500 ml. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir data de entrega).	UND	60		
9	Biscoito Água e sal (Biscoito contendo os seguintes ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, extrato de malte, carbonato de cálcio, sal, creme de milho ou amido de milho, Fermentos químicos: Bicarbonato de amônio e bicarbonato de sódio, Estabilizante: Lecitina de soja.. Validade superior a 6 meses. Embalagem de 200g). (Levar amostra)	PCT	20		
10	Biscoito de polvilho (Polvilho salgado. Ingredientes: polvilho azedo, gordura vegetal, ovos, sal e farinha integral de soja. Embalagem plástica, transparente, atóxica, contendo 200g em cada, e com data de validade mínima de 2 meses na data de entrega). (Levar amostra)	PCT	20		
11	Biscoito Doce (Tipo maisena, de boa qualidade, inteiros, constando identificação do produto, inclusive classificação e a marca, nome e endereço do fabricante e a data da fabricação. Embalagem de 1,5 kg). (Levar amostra)	CX	1000		
12	Cacau em pó (solúvel, 100% cacau. Pacote 150g. Validade superior a 6 meses).	PCT	30		
13	Canela em pó (Embalagem contendo 30g do pó)	PCT	30		
14	Café (Torrado, moído, de primeira qualidade, pó homogêneo, fino, sabor e cheiro próprio, embalagem contendo 500g (quinhentos gramas) a vácuo, constando data de fabricação, validade e lote do produto).	PCT	700		



15	Canjica Branca (Produto de boa qualidade, branca em embalagem de 500g (quinhentos gramas) primária, saco polietileno atóxico resistente. Rótulo com informação nutricional, data fabricação, validade e lote).	PCT	90		
16	Canjiquinha de milho (Amarela, tipo 1, embalada em pacote plástico transparente resistente de 1 kg. Rótulo com informação nutricional, data fabricação, validade e lote).	PCT	500		
17	Carne Bovina Moída (Carne bovina, corte Músculo moído, magro, congelada, sem gordura e sebo, isento de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária plástica atóxica transparente, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos. em pacotes de 1 kg, devidamente selada, com especificação de peso, validade, produto e marca/procedência. Registro no Ministério da Agricultura (SIF, IMA, SIM OU ANVISA). Validade a vencer de no mínimo 3 meses contados a partir da entrega).	KG	300		
18	Carne Bovina em Pedacos (Carne bovina, corte Acém, porcionada em cubos de aproximadamente 30g, isento de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ação de microorganismos. em pacotes de 2 kg, devidamente selada, com especificação de peso, validade, do produto e marca/procedência. Registro no Ministério da Agricultura (SIF, IMA, SIM OU ANVISA). Validade a vencer de no mínimo 3 meses contados a partir da data de entrega).	KG	350		



19	Carne Suína 1ª em Pedacos (Pernil sem osso ou lombo, porcionada em cubos de aproximadamente 30g, com pouca gordura, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, embalada em embalagem própria, sem sujidades e ação de micróbios. Registro no Ministério da Agricultura (SIF, IMA, SIM OU ANVISA)).	KG	300		
20	Carne de aves (Tipo filé de peito de frango, com cor, odor e sabor característicos do produto, de boa qualidade, em embalagem transparente à vácuo, bandeija. Registro no Ministério da Agricultura (SIF, IMA, SIM OU ANVISA). Embalagem de 1 kg).	KG	300		
21	Carne de aves (Tipo peito de frango com osso, com cor, odor e sabor característicos do produto, de boa qualidade, em embalagem transparente à vácuo. Registro no Ministério da Agricultura (SIF, IMA, SIM OU ANVISA). Embalagem de 1 kg a 1,5 kg).	KG	600		
22	Carne de aves (Tipo coxa e contra coxa, com cor, odor e textura característicos de um produto de boa qualidade apresentado em embalagens transparentes resistentes com fechamento à vácuo ou bem lacradas. Registro no Ministério da Agricultura (SIF, IMA, SIM OU ANVISA). Embalagem de 1 kg).	KG	300		
23	Colorífico - 30g	PCT	20		
24	Colorífico - 500g	PCT	20		



25	Cereal Infantil (De primeira qualidade, farinha láctea para crianças até 6 meses de idade, composto por farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sais minerais (fosfato de sódio dibásico, carbonato de cálcio, fumarato ferroso, sulfato de zinco), vitaminas (vitamina C, niacina, vitamina E, ácido pantotênico, vitamina A, vitamina B1, vitamina B6, ácido fólico, vitamina D) e aromatizante vanilina. Alérgicos: pode conter leite, trigo, cevada, centeio e aveia. Embalagem de 400g (quatrocentos gramas), deverá constar data de fabricação, validade e lote do produto). (Levar amostra)	PCT	80		
26	Extrato de tomate (Produto de boa qualidade, com grande rendimento, forte coloração e consistência grossa. Embalagem de tetra Pack (caixinha) com peso líquido de 140g (cento e quarenta gramas), deverá constar data de fabricação, validade e lote do produto). (Levar amostra)	UND	1000		
27	Farinha de milho (Amarela em flocos enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem plástica contendo 500g, livre de parasitas, odores estranhos, substâncias nocivas, prazo de validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega).	UND	150		
28	Farinha de Trigo (Farinha de trigo com fermento, enriquecida com ferro e ácido fólico, sendo obtida a partir de cereal limpo, esgerminado, com uma extração máxima de 20% e com teor máximo de cinzas de 0,385% (embalagem: pacote de 1 Kg). Validade superior a 6 meses).	KG	200		
29	Fermento em Pó (Embalagem de 250 g contendo identificação do produto, data de fabricação e validade. Validade superior a 6 meses).	UND	25		



30	Filé de Tilápia (in natura iqf, glaceado, inteiros com corte em “V”, sem manchas, sem espinhos, sem pele, 5% de glaceamento, gramatura acima de 120gr. Embalados em sacos de poliéster laminado com polietileno tipo sacola de 1 a 2 Kg).	KG	300		
31	Fubá amarelo (Textura fina. Ínsento de sujidades. Pacote 1kg.). Validade superior a 6 meses).	KG	250		
32	Gelatina - sabores variados (Validade superior a 6 meses).	CX	500		
33	Gelatina em pó sem sabor (Incolor, pacote 24g. Validade superior a 6 meses).	PCTT	30		
34	Iogurte (Iogurte de boa qualidade resultante da fermentação do leite pasteurizado ou esterilizado, por fermentos lácticos próprios, sabor morango. Embalagem de 120g (cento e vinte gramas), deverá constar data de fabricação, validade e lote do produto).	UND	4.000		
35	Leite em pó integral (Leite em pó integral e instantâneo, sem açúcar, devendo a matéria prima ser a partir de origem exclusivamente nacional, contendo os seguintes ingredientes: leite integral e emulsificante lecitina de soja, com registro no Ministério da Agricultura/SIF. 400gr). Validade superior a 6 meses.	PC	200		
36	Leite integral (Caixa com 1 litro, com identificação do produto e prazo de validade superior a 03 meses a contar a partir da entrega).	UND	2.500		
37	Linguiça (Tipo toscano com carne suína pura e limpa de boa qualidade, congelada, com cor e sabor característicos do produto de boa qualidade. Acondicionado em embalagem de 1 kg, de polietileno atóxica, resistente).	KG	350		
38	Louro em folhas -5g	UND	50		
39	Macarrão de Sêmola (Espaguete nº 8, com ovos. Embalagem 1kg).	KG	400		



40	Macarrão Sêmola (Goela, com ovos. Embalagem 1 kg).	KG	400		
41	Macarrão Sêmola (Goelinha, com ovos. Embalagem 1 kg).	KG	400		
42	Macarrão de Sêmola (Parafuso, com ovos. Embalagem 1 kg).	KG	400		
43	Manga (Tipo palmer, fresca, apresentando grau de maturação, tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Aroma, cor e sabor típico da espécie. Isento de sujidade, parasitas, larvas, rachaduras, cortes e perfurações).	KG	250		
44	Manteiga (Contendo 500 gramas, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade).	UND	30		
45	Margarina (De primeira qualidade, com sal, sem gorduras trans, 80% de lipídeos. Embalada em pote plástico resistente de 500g (quinhentos gramas). No rótulo deve conter prazo de validade lote e informação nutricional).	UND	150		
46	Margarina (De primeira qualidade, com sal, sem gorduras trans, 80% de lipídeos. Embalada em pote plástico resistente de 250g (duzentos e cinquenta gramas). No rótulo deve conter prazo de validade lote e informação nutricional).	UND	50		
47	Milho para pipoca Tipo 1 (Milho para pipoca, grupo duro, classe amarelo, embalagem de 500 gr.)	UND	140		
49	Mistura para bolo (De boa qualidade, sabores abacaxi, baunilha, cenoura, coco, leite condensado, chocolate e chocolate branco, não devendo estar empedrado, acréscimo apenas de leite e ovos, apresentação em embalagens de 400g (quatrocentos gramas). A embalagem deve estar íntegra e livre de qualquer sujidade, com data de fabricação, validade e lote do produto).	UND	1000		
50	Óleo de Soja (Embalagem de 900ml).	UND	650		



52	Orégano Desidratado - 5g	UND	50		
52	Proteína Texturizada de Soja (Cor escura, pacote de 400 gr).	PCT	250		
53	Pimentão (Fresco, com características organolépticas mantidas).	KG	150		
54	Sal Refinado e iodado (Sal Refinado e iodado, embalado em sacos plásticos atóxicos contendo 01 kg cada)	KG	300		
55	Sardinha em conserva (Em óleo - lata 125 gr. Validade superior a 6 meses).	LT	100		
56	Suco concentrado de Uva- 1L	L	300		
57	Suco concentrado de Caju - 1L	L	400		
58	Suco concentrado de Maracujá - 1L	L	200		
59	Trigo para quibe (Embalagens plasticas transparente de 500 gramas).	PCT	150		
60	Vinagre (De vinho tinto clássico, de primeira qualidade, fermentado acético, hidratado, acidez 4,0%. Não contém glúten. Embalagem de 750 ml.	UND	30		

II – Despesas:

Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, impostos, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças de modo a se constituírem à única e total contraprestação.

III – Juntar à esta proposta os documentos referidos no Item IV – 4, deste edital.

(local e Data)

Identificação e assinatura

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

[Nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (Ltda., S.A, etc.), endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxx], inscrita no CPF sob o nº [xxxx], **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.



Nome:

Função na Empresa:

RG:

CPF:

ANEXO V

HABILITAÇÃO E INEXISTENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Ref.: PAL nº 014/2020- PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2020.

[nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (Ltda, S.A, etc.), endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxx], **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado. Igualmente, declaramos sob as penas da lei, em especial do art.36 da lei 12.462/2011, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Repartição Pública, bem como nossa empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada, e conforme artigo 49-A da Lei 8.666/93, que nenhum dos sócios ou parentes, consangüíneos ou afins, até terceiro grau não detém nenhum tipo de participação significativa ou controle, direto ou indireto, em outra empresa que tenha participado do certame, desde a abertura do procedimento licitatório, apresentação da pena de imediata rescisão, pena de detenção de 6(seis) meses a dois anos e multa imputada. Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Local e Data

Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO

“DECLARAÇÃO”

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE DURANDÉ - MG
At. - Comissão Municipal de Licitações e Julgamento

Pregão n.º 014/2020

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:



Durandé-MG, 18 de fevereiro de 2020 - Diário Oficial Eletrônico • ANO 2 | Nº 050. Lei Municipal 696, de 07/11/2019

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (---).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Por ser verdade assina a presente.

..... de de 2020.

Nome da Proponente
Nome do Representante Legal
CNPJ/MF:

ANEXO VII
(Modelo de Declarações que emprega servidor Público)

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ Nº _____
_____, sediada _____ (endereço completo)
_____, sob as penas da lei:

Declara que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação para o presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, especialmente que não se encontra cumprindo pena de "INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em relação a qualquer de suas esferas Federal, Estadual, Municipal e no Distrito Federal (art. 87, da Lei nº 8.666/93).

Declara, ainda, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de funcionários, servidores públicos exercendo função de gerência, administração ou qualquer outra que lhe de poderes para decidir no âmbito da empresa (Inciso III do art. 9º da Lei 8666/93 e inciso X, Art. 144 da Lei complementar nº 04/90).

Durandé (MG), ____/____/____.

Nome:
Função na Empresa:
RG:
CPF:



ANEXO VIII
MINUTA CONTRATO DE FORNECIMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 014/2020
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2020
CONTRATO Nº/2020.

CONTRATO DE FORNECIMENTO, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE DURANDÉ - MG**; inscrito no CNPJ sob o nº 66.232.547/0001-20, com sede administrativa na Av. Álvaro Moreira da Silva, nº615, em Durandé/MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, JOSÉ ELIAS RODRIGUES PEREIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Rua/Praça/Av _____, em _____, Estado de _____, neste ato representada por seu representante legal, doravante denominada CONTRATADA e perante as testemunhas abaixo nomeadas, em conformidade com o Processo Administrativo Licitatório “PREGÃO” nº ____/2020, que será regido pela Lei 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e suas alterações, conforme as cláusulas e condições abaixo :

1ª. OBJETO – Constitui objeto do presente a aquisição/fornecimento de alimentos para compor a merenda escolar da rede municipal de ensino do Município de Durandé, descritos no anexo I do processo licitatório, modalidade “Pregão” nº ____/2020, conforme “Proposta Comercial” anexa ao Processo Administrativo Licitatório nº ____/2020, do qual foi vencedora, conforme estipulado no presente contrato. (ANEXO I)

2ª. REGIME DE EXECUÇÃO – O fornecimento deverá ser executado, depois de requisitado pela respectiva Secretaria Municipal ou Prefeito Municipal, de acordo com a quantidade solicitada, em até 05 (cinco) dias corridos, conforme estabelecido no Anexo I do Pregão nº ____/2020.

3ª. VALOR DA CONTRATAÇÃO - O Município pagará à Contratada, pelo fornecimento constante no anexo do referido processo, nas formas previstas no Edital, o valor correspondente ao proposto pela contratada por ocasião do processo licitatório, que foi de R\$ _____ (_____), podendo acrescer ou suprimir o quantitativo licitado no limite de até 25%, podendo haver maiores supressões em acordo entre as partes, conforme estipulado no edital, e mediante termo aditivo devidamente fundamentado.

3.1 O PAGAMENTO à CONTRATADA será feito até 30 (trinta) dias após a entrega do material requisitado com apresentação de Nota Fiscal ou documento equivalente podendo ser antecipado, desde que após o recebimento da Nota Fiscal, com discriminação nominal dos produtos, preço unitário e total. O pagamento das respectivas Notas será feito em cheque nominal à CONTRATADA, que devesse comparecer à seção de pagamento da CONTRATANTE, para recebê-lo.

3.2 MODIFICAÇÕES E ALTERAÇÕES - Qualquer modificação de forma ou quantidade (acréscimos ou redução) do fornecimento e outras alterações, objeto deste contrato, poderá ser determinada pela contratante mediante assinatura de Termos Aditivos, observadas as normas legais vigentes.

3.3 REAJUSTES - Poderão ser pactuados conforme determina a Lei Federal 10.192/2001, em acordo com índices estabelecidos por órgãos competentes escolhidos pela Administração do Município de Durandé-MG, após parecer administrativo devidamente fundamentado.

4ª. DO PRAZO - O presente instrumento de contrato terá início na data da assinatura contratual e término em 31/12/2020.

5ª. DA DESPESA - As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das respectivas dotações orçamentárias:
Dotação(ões) orçamentária(s), REFERENTE AO ORÇAMENTO DE 2020.

6ª. DA FISCALIZAÇÃO - Caberá a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização sobre o correto fornecimento dos produtos objetos da presente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos da inspeção,



verificação e controle a serem adotados pelo Contratante, cumprindo de imediato, quaisquer determinações emanadas de inspeção.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da contratada, no que concerne ao fornecimento dos materiais licitados, e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

7ª. DAS PENALIDADES - O Descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei 10.520/02 e subsidiariamente a Lei n.º 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Contratante se reserva no direito de descontar da parcela a ser pago à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta à Contratada, em virtude do descumprimento das condições estipuladas neste contrato e que não sejam determinantes de rescisão contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor das multas corresponderá à gravidade da infração, até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato, em cada caso.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a Multa aplicada for superior ao valor da parcela a ser recebida além da perda desta, responderá a contratada pela diferença, que será cobrada judicialmente.

8ª. DA RESCISÃO - O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas no Art. 78, incisos I a XII e Art. 79, da Lei 8.666/93, sem que caiba à Contratada o direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

9ª. DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA - O presente contrato não poderá ser objeto da Cessão ou Transferência, no todo ou em parte.

10ª. DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO - Nos termos do Parágrafo Único do Art. 61 da lei 8.666/93 e alterações, o Contratante providenciará a publicação na Imprensa Oficial, em resumo, do presente contrato, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

11ª. DAS RESPONSABILIDADES - A Contratada assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento dos materiais licitados, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos pelo não cumprimento das obrigações aqui contratadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os danos e prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado de notificação administrativa à Contratada, sob pena de Multa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A contratada fica impedida de interromper o fornecimento de combustíveis por até noventa dias

PARÁGRAFO TERCEIRO - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações decorrentes da execução do presente contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência do ato da contratada.

PARÁGRAFO QUINTO - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na Licitação.

12ª. DOS TRIBUTOS E DESPESAS - Constituirá encargo exclusivo da contratada o pagamento de tributos, tarifas,



emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução do seu objeto.

13ª. FORO - O Foro do presente contrato será o da Comarca de Manhumirim - MG, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Todos os casos omissos do presente instrumento de contrato serão resolvidos de acordo com a Lei.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, lavrei o presente termo em três vias de igual forma e teor, que, depois de lido e aprovado pela Assessoria Jurídica do Município é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas, observadas as disposições da Lei 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei 8.666/93.

Durandé (MG), ____/____/____.

- Contratante -
Município de Durandé
José Elias Rodrigues Pereira
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada

- Assessor Jurídico do Município

Testemunhas : _____ CPF _____

: _____ CPF _____